

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores;
Apresentamos a V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da **Equatorial Previdência Complementar**, Entidade Aberta de Previdência Complementar, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do parecer dos auditores atuários independentes e do RAI - Relatório dos Auditores Independentes.

Política de reinvestimentos: o resultado apurado será incorporado ao patrimônio da Entidade.
Quadro administrativo: foi mantido quadro de associados controladores da Entidade, bem como a sua Diretoria Executiva.

Negócios sociais: a Entidade opera em todo território nacional, com planos previdenciários sob a forma de pecúlio e renda, bem como empréstimos aos seus associados. No exercício de 2022 houve um superávit de R\$ 362.802,11, impactado pela queda do resultado financeiro. Citamos também um decréscimo na ordem de 7,87% na receita de contribuições para cobertura de riscos, e o patrimônio líquido da Entidade sem alterações, em relação ao exercício de 2021.

Perspectivas futuras: Levantamos como premissa a racionalização e o aperfeiçoamento da Entidade. Dentro do cenário político no País que mostra sinais incertos sobre o rumo da economia, onde possíveis aumentos de gastos públicos e controle maior com a inflação por parte do Bacen, no qual o mercado prevê a manutenção da taxa Selic com leve redução até o fim deste exercício. A Diretoria Juntará seus esforços para ajustes operacionais e administrativos no intuito de redução dos índices de inadimplência, bem como renegociação com as diversas empresas avariadas de margem consignável que atuam no País, na busca da redução dos custos de operação, revendo suas estratégias de negócios a fim de retornar o crescimento da Entidade, assim como a realização de estudos em sua carteira de planos previdenciários no intuito de enquadramento as determinações da SUSEP.

Outros eventos: Na AGE dos Controladores realizada em 21/01/2022, foi deliberada a eleição de administradores, homologada pela Portaria CGRAJ/SUSEP nº 700, de 14/04/2022. A AGE do Controladores de 09/06/2022 deliberou sobre a aprovação do Plano de negócios do triênio de 2022 a 2024, e aprovação das reuniões setoriais. A Portaria CGRAJ/SUSEP nº 1298, de 07/02/2023, resolveu em seu artigo 1º - Homologar a reforma e consolidação do Estatuto Social da Equatorial Previdência Complementar, conforme deliberado nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 29/06/2022 e 29/11/2022, no intuito de atendimento a Resolução nº 416/2021.

Fato Relevante: No fim de 2022 a Diretoria incorporou em seus controles o novo BI - Business Intelligence, na qual proporciona a análise de informações de sua carteira de negócios, apresentando alguns índices como: comercial (de venda de produtos e análise de carteira e de Corretores), financeiro (recebimento das receitas de diversos órgãos e inadimplência dos associados) e contábil (Fluxo de caixa e DRE). Foi finalizado a implantação dos trabalhos para atender a Lei geral de proteção de dados. Em 2022 iniciou a comercialização de planos previdenciários junto ao novo convênio firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Continuidade Operacional: as demonstrações contábeis são elaboradas com base na continuidade operacional. Os ativos e passivos são registrados no uso apropriado do pressuposto de continuidade operacional, levando em consideração que a Entidade no curso normal de seus negócios realizará seus ativos e liquidará seus passivos.

Capacidade financeira: de acordo com as disposições contidas na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, a **Equatorial Previdência Complementar**, declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Goiânia (GO), 17 de fevereiro de 2023.
A Administração

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos administradores da
Equatorial Previdência Complementar
Goiânia - GO

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Previdência Complementar (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Equatorial Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Entidade e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 27 de fevereiro de 2023
dns - Auditoria e Consultoria
CRC/RJ nº 1.824
Delson Nei Santana
Contador CRC/RJ nº 050.301/0-4

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

ATIVO		Nota Explicativa	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			32.256.122,80	77.552.114,98
Disponível			3.887.960,26	3.024.050,50
Caixa e bancos			3.887.960,26	3.023.476,18
Equivalente de caixa	4.b		-	574,32
Aplicações	5		16.879.858,66	62.592.024,35
Créditos das operações de previdência complementar			6.268.270,43	6.048.498,30
Valores a receber	6		6.268.270,43	6.048.498,30
Títulos e créditos a receber			5.152.725,99	5.817.683,34
Títulos e créditos a receber			17.997,45	35.869,63
Assistência financeira a participantes	7 e 8		5.129.496,04	5.742.976,44
Outros créditos	9		5.232,50	38.837,27
Despesas antecipadas	10		67.307,46	69.824,49
Custos de aquisições diferidos			-	34,00
Previdência	11		-	34,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE			73.814.123,45	28.833.523,40
Realizável a longo prazo			66.261.241,30	20.859.283,41
Títulos e créditos a receber			66.261.241,30	20.859.283,41
Depósitos judiciais e fiscais	12		399.099,90	231.475,69
Assistência financeira a participantes	7 e 8		65.336.514,90	20.102.181,22
Outros créditos	9		525.626,50	525.626,50
Investimentos			3.980.684,17	3.939.603,33
Participações societárias	13.a,b		3.106.128,78	3.019.418,90
Imóveis destinados a renda	13.c		874.555,39	920.184,43
Imobilizado			3.542.581,95	3.997.485,37
Imóveis de uso próprio	14		2.084.557,68	2.178.716,52
Bens móveis	14		865.581,66	1.108.357,76
Outras imobilizações	14		592.442,61	710.411,09
Intangível			29.616,03	37.151,29
Outros intangíveis	15		29.616,03	37.151,29
Total do ativo			106.070.246,25	106.385.638,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO

PASSIVO		Nota Explicativa	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			4.175.476,42	4.858.552,57
Contas a pagar			875.444,58	848.273,25
Obrigações a pagar	16		451.590,90	332.889,95
Impostos encargos sociais a recolher	17		189.062,13	324.812,91
Encargos trabalhistas	18		221.947,12	185.244,14
Impostos e contribuições	19		12.844,43	17.456,06
Outras contas a pagar	19		-	7.870,19
Débitos de operações com previdência complementar			410.966,06	772.176,15
Operações de repasses	20		332.927,14	771.341,95
Outros débitos operacionais	20		78.038,92	834,20
Depósitos de terceiros	21		840.610,49	1.003.488,17
Provisões técnicas - previdência complementar	22		2.048.455,29	2.234.615,00
Planos não bloqueados	22		2.048.455,29	2.234.615,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			757.543,46	752.661,55
Outros débitos			757.543,46	752.661,55
Provisões judiciais	25		757.543,46	752.661,55
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			101.137.226,37	100.774.424,26
Patrimônio líquido			844.200,00	844.200,00
Reservas de reavaliação			282.795,62	290.726,18
Reservas de retenção de superávits			323.935,93	323.935,93
Superávits ou déficits acumulados			99.686.294,82	99.315.562,15
Total do passivo			106.070.246,25	106.385.638,38

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em Reais)

	Nota Explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios retidos	28	(572.759,94)	(1.997.228,10)
Custos de aquisição	28	(1.951.046,83)	(2.597.486,81)
Outras receitas e despesas operacionais	28	96.935,10	(186.870,71)
Contribuições para cobertura de riscos		6.187.566,36	6.716.144,29
Variáveis das provisões técnicas de prêmios		(64.438,69)	(36.186,11)
Prêmios ganhos		6.123.127,67	6.679.958,18
Despesas administrativas	28	(9.669.045,04)	(9.366.617,45)
Despesas com tributos	28	(409.885,38)	(309.697,63)
Resultado financeiro	28	6.659.353,82	15.847.320,68
Resultado patrimonial	28	90.459,75	47.438,07
Resultado operacional		367.139,15	8.089.816,23
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(4.337,04)	128.294,01
Superávit do período		362.802,11	8.218.110,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRAGENTE
(Em Reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Superávit do período	362.802,11	8.218.110,24
(+) Realização de Reserva de Reavaliação	7.930,56	7.930,56
Total do resultado abrangente do período	370.732,67	8.226.040,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Discriminação	Nota Explicativa	Patrimônio social	Reservas de		Superávits ou déficits acumulados	Total
			Reavaliação	Retenção de superávits		
Período findo em 31 de dezembro de 2022						
Saldos iniciais em 01.01.2022		844.200,00	290.726,18	323.935,93	99.315.562,15	100.774.424,26
Reserva de reavaliação						
Realização	26	-	(7.930,56)	-	7.930,56	-
Superávit/déficit do período						
		-	-	-	362.802,11	362.802,11
Saldos finais em 31.12.2022		844.200,00	282.795,62	323.935,93	99.686.294,82	101.137.226,37
Mutações do período						
		-	(7.930,56)	-	370.732,67	362.802,11
Período findo em 31 de dezembro de 2021						
Saldos iniciais em 01.01.2021		844.200,00	298.656,74	211.723,20	91.201.734,08	92.556.314,02
Reserva de reavaliação						
Realização	26	-	(7.930,56)	-	7.930,56	-
Superávit do período						
		-	-	-	8.218.110,24	8.218.110,24
Proposta para destinação do superávit						
Reservas p/ contingências de benefícios		-	112.212,73	-	(112.212,73)	-
Saldos finais em 31.12.2021		844.200,00	290.726,18	323.935,93	99.315.562,15	100.774.424,26
Mutações do período						
		-	(7.930,56)	112.212,73	8.113.828,07	8.218.110,24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em Reais)

	Nota Explicativa	31.12.2022	31.12.2021
Atividades operacionais			
Superávit/déficit do período		362.802,11	8.218.110,24
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	14	435.966,38	393.733,89
Varição no valor justo de propriedades para investimentos	13.b	(76.255,83)	(46.899,37)
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	14 e 15	11.543,66	(125.551,67)
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	(8.554,05)	41.200,84
Outros ajustes		(4.616,62)	-
Variáveis nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	5	45.712.165,69	(37.291.901,84)
Créditos das operações de previdência complementar	6	(219.772,13)	(791.966,53)
Depósitos judiciais e fiscais	12	(167.624,21)	(15.035,65)
Despesas antecipadas	10	2.517,03	(26.742,92)
Custos de aquisição diferidos	11	34,00	27.967,90
Outros ativos	7 e 8	(44.569.376,33)	23.199.371,11
Fornecedores e outras contas a pagar	16 a 19	31.782,96	26.390,01
Impostos e contribuições		(4.611,63)	13.760,07

03 - Das demonstrações contábeis

a) **Elaboração** - de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Susep, no que não contrariem a Circular nº 648/2021 e alterações;
b) **Apresentação** - em comparabilidade com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações contábeis do exercício atual, situações essas, quando aplicável, evidenciadas em notas explicativas;
c) **Preparação** - requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade, no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas nas notas explicativas, a seguir:
• Nota 18 - Encargos trabalhistas;
• Nota 22 - Provisões técnicas - Previdência complementar; e
• Nota 25 - Outros débitos.
d) **Moeda funcional** - a moeda funcional da Entidade é o Real. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
e) **Emissão** - A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 15 de fevereiro de 2023.

04 - Principais práticas contábeis

a) **Auração do resultado** - é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas sejam incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As contribuições para planos de previdência são conhecidas como Rendas de Contribuições Retidas pela vigência do risco e os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do período. As despesas com comissões dos planos de previdência são reconhecidas no resultado mediante o diferimento mensal em prazo não superior a 12 (doze) meses, e para as comissões vitalícias são reconhecidas no resultado, quando da consolidação do processo de comercialização;
b) **Equivalentes de caixa** - são representados por valores em espécie e saldos bancários que são utilizados no gerenciamento de compromissos imediatos;
c) **Títulos e valores mobiliários** - são classificados em: (I) **ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado** - um ativo financeiro é classificado a valor justo por meio do resultado quando a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período; (II) **ativos financeiros mantidos até o vencimento** - caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (III) **determinados valores justos** - o valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. (Nota 05).
d) **Créditos das operações com previdência complementar - valores a receber** - classificadas no Ativo Circulante pelos respectivos valores originais, sendo na rubrica Consignação de órgãos averbadores, reconhecidos quando da emissão do risco, e na rubrica Riscos vigentes não recebidos, os valores pertencentes a parcela das contribuições mensais não recebidas até o mês seguinte, permanecendo nesta até o prazo de 90 (noventa) dias quando é reconhecida no resultado pela Redução ao Valor Recuperável ou em decorrência do cancelamento do plano;
e) **Títulos e créditos a receber - assistência financeira a participantes** - classificadas no Ativo Circulante e Não Circulante, com os rendimentos pré-fixados de competência de períodos futuros registrados em conjunto com o valor principal das operações e demonstrados como redução dos ativos correspondentes na rubrica "Receitas a apropriar", reconhecidos mensalmente no resultado do exercício em função da fluência dos prazos contratuais; e Redução ao valor recuperável - constituída com base em levantamento dos contratos que apresentam inadimplência superior a 60 (sessenta) dias, os quais são considerados integralmente vencidos.
f) **Depósitos judiciais e fiscais** - classificados no Ativo Não Circulante pelos respectivos valores originais;
g) **Investimentos** - classificados no Ativo Não Circulante e constituídos por: **Participações societárias: (I) Sociedade controlada** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado através da avaliação pelo método da equivalência patrimonial; e (II) **Outras participações - Conta capital** - registrada e demonstrada pelo valor de aquisição, ajustado pelo rateio do resultado, o qual é adicionado ao montante da participação; e **Imóveis destinados a renda** - representado por bens imóveis urbanos - terrenos - registrados e demonstrados pelos respectivos valores de aquisição;
h) **Imobilizado** - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, estando os imóveis acrescidos de reavaliação conforme laudos de 30.11 e 12.12.2006, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de: 4% imóveis; 10% móveis e utensílios; 20% equipamentos e veículos 20%; e, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
i) **Intangível** - classificados no Ativo Não Circulante e corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, a taxa anual de 33,33% sistemas aplicativos, e, ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
j) **Redução ao valor recuperável - ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresente indícios de perda. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há evidência que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, com efeito negativo nos fluxos de caixa, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecidos publicamente pelo mercado, tendências históricas da probabilidade de inadimplência do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. **Ativos não financeiros** - os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. A redução do valor recuperável de ativos (*impairment*) é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa;
k) **Provisões técnicas - previdência - Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)** - é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)** - é constituída para a cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, brutos das operações de retrocessão. **Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)** - é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguero aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguero cedido, obedecidos os seguintes critérios e legais. A metodologia utilizada no cálculo da IBNR é a pautada no teste de consistência realizado sobre as observações passadas, referente aos sinistros avisados com atrasos, cujas informações são advindas dos quadros estatísticos do FIP. Os sinistros observados serão aglutinados por mês e desvio até a data-base avaliada, e, posteriormente, adotaremos critérios estatísticos, como média e desvio padrão, à definição final da IBNR. **Provisão de Despesas relacionadas (PDR)** - é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. A provisão abrange todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. **Provisão de Resgate e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - esta provisão abrange os valores referentes às devoluções de contribuições que estão sob *judice*. **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - é constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivo (TAP). **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes, referente as rendas a vencer, sendo calculada conforme metodologia constante na nota técnica atuarial.
l) **Provisões trabalhistas** - constituída pela provisão para férias, calculadas e reconhecidas mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados, acrescido dos respectivos encargos sociais;
m) **Outros Débitos - provisões judiciais e administrativas** - classificados no Passivo Não Circulante, de acordo com o CPC 25, são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração; (Nota 25); e
n) **Outros ativos e passivos** - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais e ou contratados, bem como, os efeitos de ajuste a valor justo. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes.

05 - Classificação das aplicações financeiras

Incluem ativos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento, conforme abaixo:
a) **Posição**

Categoria	Valores de mercado em 31.12.2022			
	Faixas de vencimento - dias	Percentual por categoria	Valores de custo	Parâmetro utilizado
Natureza dos títulos	Indeterminado			
Valor justo por meio do resultado	16.879.858,66	100%	11.902.000,00	
Fundos DI/FIQ/FI	16.879.858,66	100%	11.902.000,00	Valor da Cota
Montante	16.879.858,66	100%	11.902.000,00	

Categoria	Valores de mercado em 31.12.2021			
	Faixas de vencimento - dias	Percentual por categoria	Valores de custo	Parâmetro utilizado
Natureza dos títulos	Indeterminado			
Valor justo por meio do resultado	62.592.024,35	100%	58.893.044,90	
Fundos DI/FIQ/FI	62.592.024,35	100%	58.893.044,90	Valor da Cota
Montante	62.592.024,35	100%	58.893.044,90	

b) **Movimentação**

Discriminação:	Saldos em 01.01.2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos e atualizações	Saldos em 31.12.2022
Valor justo por meio do resultado	62.592.024,35	8.800.000,00	(58.313.338,89)	3.801.173,20	16.879.858,66
Fundos DI/FIQ/FI	62.592.024,35	8.800.000,00	(58.313.338,89)	3.801.173,20	16.879.858,66
Totais	62.592.024,35	8.800.000,00	(58.313.338,89)	3.801.173,20	16.879.858,66

Discriminação:	Saldos em 01.01.2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos e atualizações	Saldos em 31.12.2021
Valor justo por meio do resultado	25.300.122,51	91.553.044,90	(57.358.761,14)	3.097.618,08	62.592.024,35
Fundos DI/FIQ/FI	25.300.122,51	91.553.044,90	(57.358.761,14)	3.097.618,08	62.592.024,35
Totais	25.300.122,51	91.553.044,90	(57.358.761,14)	3.097.618,08	62.592.024,35

06 - Créditos das operações de previdência complementar

a) **Representado pelas rubricas e valores, a saber:**

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Consignações de órgãos averbadores	790.579,57	719.804,80
Riscos vigentes não recebidos	6.795.166,63	6.616.749,00
Redução ao valor recuperável	(1.317.475,77)	(1.288.055,50)
Total	6.268.270,43	6.048.498,30

b) **Movimentação no exercício:**

Movimentação dos créditos das operações com previdência complementar	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do período	6.048.498,30	5.286.531,77
- Prêmios emitidos	9.149.132,12	8.182.785,59
- Recebimentos	(5.993.925,49)	(5.706.171,98)
- Juros recebidos/ajustes	48.611,70	48.591,33
- Cancelamentos	(2.954.625,93)	(1.459.400,66)
- Reversão ao valor recuperável	582.011,13	653.331,32
- Redução ao valor recuperável	(6.114.431,40)	(927.169,07)
Saldo no final do período	6.268.270,43	6.048.498,30

A redução ao valor recuperável de créditos das operações com previdência complementar é calculada conforme a Circular Susep nº 648/2021, sobre os créditos vencidos a mais de sessenta dias.

c) **Composição - redução ao valor recuperável**

Faixa de créditos vencidos	31.12.2022	31.12.2021
De 61 a 120 dias	66.859,41	72.889,55
De 121 a 180 dias	55.439,50	105.869,16
De 181 a 240 dias	71.239,69	69.833,88
De 241 a 300 dias	37.036,86	52.574,06
De 301 a 365 dias	48.654,66	75.496,56
Superior a 365 dias	1.038.245,65	911.392,29
Total	1.317.475,77	1.288.055,50

07 - Assistência financeira a participantes

Considerando a relevância de seu saldo, detalhamos a rubrica como segue:

Composição	31.12.2022	31.12.2021
Ativo Circulante	5.129.496,04	5.742.976,44
- Garantia de averbação	36.880.021,88	26.513.521,29
- Receitas a apropriar	(24.767.583,69)	(11.431.750,45)
- Redução ao valor recuperável	(6.982.942,15)	(9.338.794,40)
Não circulante	65.336.514,90	20.102.181,22
- Garantia de averbação	125.254.716,75	32.808.728,78
- Receitas a apropriar	(59.918.201,85)	(12.706.547,56)
Total	70.466.010,94	25.845.157,66

08 - Securitização de parcelas de assistência financeira

a) A Entidade ("Cedente") firmou em 14.12.2020 com o Canal 75 - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados ("Fundo" e "Administrador"), contrato de promessa de cessão de direitos creditórios para fins de securitização, especificamente de parcelas vincendas de contratos de assistência financeira concedida a participantes ativos de seus planos de benefícios, as quais são custodiadas pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Custodiante"); e
b) Em 17.03.2021 firmou com o Guatambu Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não Padronizados, contrato de promessa de cessão de direitos creditórios para fins de securitização, especificamente de parcelas vincendas de contratos de assistência financeira concedida a participantes ativos de seus planos de benefícios, as quais são custodiadas pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Custodiante"), a seguir demonstramos o montante das concessões dos contratos de assistência financeira.

Discriminação	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade	Valor de face	Quantidade	Valor de face
Canal 75 - Fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados (Singulare)	1.037	24.205.585,00	6.962	137.765.152,08
Guatambu fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados (Singulare)	139	1.539.360,08	37	299.666,45
Total	1.176	25.744.945,08	6.999	138.064.818,53

09 - Outros créditos

Constituído, a saber:

a) **Circulante**

Rubricas / Eventos	31.12.2022	31.12.2021
Outros adiantamentos	5.232,50	0,00
Saldos bancários bloqueados por decisão judicial	0,00	38.837,27
Total	5.232,50	38.837,27

c) **Não circulante**

Rubrica / Eventos	31.12.2022	31.12.2021
Outros créditos - Imóvel/terrenos	525.626,50	525.626,50

A Equatorial adquiriu em 05.06.2012 cinco lotes de terrenos através de processo de leilão realizado pela Prefeitura do Município de Trindade - GO, ao custo final de R\$ 525.626,50, todos devidamente averbados no registro de imóveis. Em 22/05/2012, Perizio Messias da Silva ingressou com ação popular com pedido de liminar, objetivando anular Leilão de alienação dos terrenos em questão, em 16.07.2013 o então procurador do Município reconheceu a procedência do pedido, com a consequente reversão das áreas arrematadas ao patrimônio do Município. Em 09.11.2015, o Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO), manifestou-se acerca da devolução do investimento dos arrematantes, bem como eventuais prejuízos comprovados. O processo em questão ainda se encontra em fase de recurso, sem uma expectativa para a conclusão definitiva. Diante deste cenário a Administração determinou a transferência em 31.12.2020 dos valores contábeis representativos dos bens, de Investimentos - Terrenos (Nota 13 c), para o Realizável a longo prazo - Outros créditos - Terrenos Trindade, enquanto aguarda pela conclusão da ação. A seguir a composição do saldo.

Composição	31.12.2022	31.12.2021
Terrenos (cinco lotes)	488.000,00	488.000,00
Comissão leiloeiro	24.400,00	24.400,00
ITBI	9.771,50	9.771,50
Taxa registro	3.455,00	3.455,00
Total	525.626,50	525.626,50

10 - Despesas antecipadas

Constituído pelas rubricas e saldos, a saber:

Composição	31.12.2022	31.12.2021
Assinaturas de jornais e periódicos	1.596,64	1.455,60
Seguros imóveis	1.446,90	1.449,05
Seguros veículos	16.082,31	11.035,54
Seguros responsabilidade civil	1.907,27	1.906,96
Despesas com alimentação	45.501,07	51.919,17
Despesas condomínio	773,27	2.058,17
Total	67.307,46	69.824,49

11 - Custos de aquisições diferidos

Constituída pelos pagamentos de comissões e agenciamentos relativos a comercialização de planos previdenciários a serem reconhecidos no resultado de forma linear, pelo prazo estimado de 12 meses, estabelecido em Notas Técnicas Atuariais, aprovadas pela Susep, apresentando a seguinte posição:

Movimentação	31.12.2022	31.12.2021
No início do período	34,00	28.001,90
- Adições/pagamentos	0,00	0,00
- Redução/reconhecimento	(34,00)	(27.967,90)
No final do período	0,00	34,00

12 - Depósitos judiciais e fiscais

A Entidade é parte em ações judiciais em curso, dentre essas, há ações para as quais foram efetuados depósitos judiciais, apresentando os seguintes saldos em:

Depósitos Judiciais e Fiscais	31.12.2022	31.12.2021
- Ações cíveis	197.911,42	81.617,34
- Outros (administrativos)	201.188,48	149.858,35
Total	399.099,90	216.440,04

22 - Das provisões técnicas

a) **Cálculo** - elaborado sob a responsabilidade de empresa devidamente habilitada contratada pela Entidade, com base nas notas técnicas atuariais que deram origem aos planos de benefícios e com observância às normas legais vigentes, apresentando a seguinte posição:

Movimentação:	Provisões							
	PPNG	PMBC	PSL	IBNR	PDR	PCC	PVR	Total
Saldo em 01.01.2022	340.424,55	94.553,16	574.895,82	1.198.183,12	23.550,90	3.007,45	0,00	2.234.615,00
- Constituições decorrentes prêmios/contribuições	4.409.197,66	0,00	0,00	9.845.110,06	428.391,49	177.803,91	76.656,50	14.938.593,27
- Avisos de sinistros	0,00	181.001,75	884.944,90	0,00	0,00	0,00	0,00	1.066.946,65
- Pagamentos de sinistros/benefícios	0,00	(167.806,67)	(901.961,25)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.069.767,92)
- Atualização monetária e juros	0,00	(529,95)	103.827,52	0,00	0,00	0,00	0,00	103.297,57
- Sucumbência/danos morais/resstituições	0,00	0,00	15.472,70	0,00	0,00	0,00	0,00	15.472,70
- Rendas vencidas	0,00	(25.007,22)	25.007,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
- Reversões	(4.375.503,75)	0,00	(31.650,23)	(10.274.815,03)	(391.938,86)	(160.374,31)	(3.986,15)	(15.235.746,93)
Saldo em 31.12.2022	374.118,46	82.211,07	670.536,68	768.478,15	60.003,53	20.437,05	72.670,35	2.048.455,29

13 - Investimentos

a) **Investimento em sociedade controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial:**

Investida	EQ Seguros S. A.	31.12.2022	31.12.2021
Capital social		5.022.162,56	4.120.000,00
Patrimônio líquido		5.280.576,38	5.301.116,07
Resultado do período		117.654,12	(46.499

b) Cobertura - A Entidade ofereceu em cobertura de suas Provisões Técnicas os seguintes bens e valores:

Descrição:	31.12.2022	31.12.2021
- Quotas de fundos referenciado DI	7.687.335,65	6.849.225,28
Total	7.687.335,65	6.849.225,28

23 - Teste de adequação de passivos – TAP

De acordo com as normas definidas na legislação vigente, o TAP foi elaborado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados e considerações realistas. Foram avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos cuja vigência se iniciou até 31/12/2022. No cálculo das estimativas correntes do fluxo de caixa não registrados e registrados da PPNG, calculamos a probabilidade de sobrevivência e mortalidade, conforme a tabela BR-EMS 2021 masculina ou feminina, de acordo com o sexo do participante e sua idade projetada com o propósito de buscar estimativas mais condizente com a realidade. Consideramos nesses fluxos a inserção de premissas financeiras e atuariais, tais como: taxa de sinistralidade, taxa de cancelamento, fatores de representatividade às despesas administrativas, comerciais e relacionadas ao pagamento de sinistros. Após a projeção de todos os fluxos nominais, calculamos suas respectivas estimativas correntes, descontando-os pela ETTJ arbitrada pela SUSEP. Neste caso consideramos a taxa referente ao Cupom IGP-M/FGV. O resultado do estudo apontou para insuficiência de provisionamento na PMBC, indicando a necessidade de constituição de uma provisão complementar no valor de R\$ 20.437,06. Considerando que o indexador das contribuições e capitais segurados dos planos de pecúlios da Supervisionada é o IGP-M, a PCC-PMBC será atualizada, mensalmente, pelo indexador do plano até o próximo TAP. Por fim é importante frisar que o TAP representa um estudo prospectivo de obrigações e direitos dos planos de pecúlios, cujos cálculos estão pautados em parâmetros probabilísticos e premissas estabelecidas com base no histórico da Entidade. Em razão da complexidade e da volatilidade destas variáveis, a realidade pode não ser captada, plenamente, no TAP.

24 - Análise de sensibilidade

A alínea e, inciso XI, artigo 126, da Circular Susep nº 648/2021 determina que se faça uma análise de sensibilidade considerando, principalmente, as seguintes variáveis: índice de conversibilidade; taxas de juros; mortalidade (frequência e severidade); inflação; e excedente financeiro. Sabendo que o regime financeiro adotado nos planos de pecúlios administrados pela Entidade é o de repartição simples, e que a Entidade não paga rendas vitalícias, logo, não possui provisões de benefícios a conceder e os valores das provisões de benefícios concedidos são insignificantes, as variáveis que poderão afetar, de alguma forma, o equilíbrio do plano são: taxa de juros, mortalidade e sinistralidade.

a) Taxa de juros - um método para analisar o impacto da variável taxa de juros nos produtos de pecúlios é alterar a taxa de juros ETTJ no estudo do Teste de Adequação do Passivo (TAP) e observar sua influência no resultado. A esta análise, vamos considerar uma alteração de 10% na taxa ETTJ.

Tabela 1 - Cenário atual - Análise da variável taxa de juros.

Data-Base	Taxa de juros	Resultado atual do TAP – Estimativas futuras PPNG
31.12.2022	ETTJ	-R\$ 22.829,89

Tabela 2 - Cenário alterando a ETTJ em 10% - Análise da variável taxa de juros.

Data-Base	Taxa de juros	Resultado atual do TAP – Estimativas futuras PPNG
31.12.2022	ETTJ x 110%	-R\$ 25.112,88
31.12.2022	ETTJ x 90%	-R\$ 20.546,90

Conclusão: As alterações na taxa de juros ETTJ, em 10%, não modificaram o resultado do TAP, a Entidade continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC. **b) Mortalidade** - um método para analisar o impacto da mortalidade é estressar a severidade e a frequência dos pagamentos de sinistros e observar sua influência no resultado do TAP. Sendo assim, vamos considerar uma elevação de 10% na mortalidade projetada no TAP e conferir como se dará o impacto.

Tabela 3 - Análise da variável mortalidade.

Data-Base	Resultado atual do TAP – Estimativas futuras PPNG	Resultado do TAP após elevação de 10% na mortalidade
31.12.2022	-R\$ 22.829,89	-R\$ 21.892,56

Conclusão: A elevação em 10% na mortalidade projetada no TAP não modificará seu resultado, a Entidade continuaria sem a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC. **c) Sinistralidade** - o âmbito da Previdência Aberta podemos definir sinistralidade como a relação entre os pecúlios pagos sobre as receitas arrecadadas com contribuições comerciais.

Uma forma de analisar a sensibilidade da variável sinistralidade é elevar os pecúlios pagos durante o período estudado e assim verificar o impacto resultante.

As tabelas 4 e 5 apresentam o teste na variável sinistralidade considerando o período em análise.

Tabela 4 - Sinistralidade ocorrida no período - Análise da variável sinistralidade.

Data-Base	Benefícios pagos	Contribuições retidas	Sinistralidade
31.12.2022	R\$ 1.050.154,35	R\$ 6.187.566,36	16,97%

Tabela 5 - Sinistralidade ocorrida com elevação de 50% nos pecúlios pagos – Análise da variável sinistralidade.

Data-Base	Benefícios pagos	Receitas retidas	Sinistralidade
31.12.2022	R\$ 1.575.231,53	R\$ 6.187.566,36	25,46%

Como mostra a tabela nº 05, a elevação em 50% nos valores dos pecúlios pagos durante o período de 2022 não acarretaria nenhum desequilíbrio financeiro, a sinistralidade projetada continuaria com índices aceitáveis, dentro dos padrões do mercado.

25 - Outros débitos

A Entidade é parte em ações judiciais cíveis e processos administrativos as quais estão sendo contestados. O desfecho dessas ações e processos encontram-se indefinido, pendentes de recursos processuais. Seguindo o estabelecido nas normas vigentes os advogados externos com base em estudo pormenorizado dos processos e, consultando o histórico de desfechos de decisões judiciais translatados em julgado, sobre causas de semelhante natureza no âmbito da Entidade, na jurisprudência e na existência de súmula de tribunais superiores sobre idênticas questões estimaram os valores de perda em R\$ 1.042.116,26 (R\$ 988.170,61 em 31.12.2021), sendo R\$ 284.572,80 (R\$ 235.509,06 em 31.12.2021), decorrentes de processos **Relacionados a Benefícios**, computado no Passivo Circulante - Provisões Técnicas - Provisão de Sinistros a Liquidar - Judiciais e **Processos cíveis** R\$ 757.543,46 (R\$ 752.661,55) em 31.12.2021), conforme demonstrados a seguir:

Contingências cíveis - Relacionadas a benefícios							
31.12.2022				31.12.2021			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	
Provável	10	315.914,27	216.822,13	09	224.981,71	123.588,76	
Possível	03	125.449,34	67.750,67	04	244.451,57	111.920,30	
Remota	12	259.274,12	0,00	15	269.941,15	0,00	
Total	25	700.637,73	284.572,80	28	739.374,43	235.509,06	

Contingências cíveis - Não relacionadas a benefícios							
31.12.2022				31.12.2021			
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado	
Provável	047	1.130.719,27	752.661,55	041	1.081.197,60	752.661,55	
Possível	049	622.672,74	0,00	032	408.367,82	0,00	
Remota	385	11.070.326,47	0,00	426	8.984.682,08	0,00	
Total	481	12.823.718,48	752.661,55	499	10.474.247,50	752.661,55	

Os montantes foram provisionados baseados na opinião dos consultores jurídicos e da administração da entidade, e são considerados suficientes para administração para cobrir eventuais perdas. Dentre essas ações para algumas existem: *I)* Depósitos judiciais e recursais R\$ 399.099,90 (R\$ 81.617,34 em 31.12.2021); e *II)* Saldos bancários bloqueados R\$ 0,00 (R\$ 38.837,27 em 31.12.2021).

26 - Realização da reserva de reavaliação

Reconheceu-se nos superávits ou déficits acumulados a importância de R\$ 7.930,56 (R\$ 7.930,56 em 31.12.2021), decorrentes da realização da reserva de reavaliação em consequência do reconhecimento dos encargos de depreciação incidentes sobre as reavaliações.

27 - Patrimônio líquido ajustado - PLA e Capital mínimo requerido - CMR

A seguir demonstramos o PLA e o CMR de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes:

Descrição	31.12.2022	31.12.2021
Resolução CNSP Nº	432/21	432/21
Patrimônio líquido	101.137.226,37	100.774.424,26
Ajustes contábeis	(3.203.052,27)	(3.126.428,68)
Participações societárias - financeiras	(3.106.128,78)	(3.019.418,90)
Despesas antecipadas	(67.307,46)	(69.824,49)
Ativos intangíveis	(29.616,03)	(37.151,29)
Custos de aquisição diferidos	0,00	(34,00)
Ajustes associados de variações dos valores econômicos	12.987,71	1.705.976,25
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurados no TAP	0,00	1.619.385,99
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registrados	12.987,21	86.590,26
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(1.441.563,72)	(97.717,30)
PLA nível 2 + PLA nível 3 (-) 50% CMR	(2.086.397,05)	(5.199.068,30)
PLA nível 3 (-) 15% CMR	1.441.563,72	97.717,30
Excesso de PLA nível 2 + PLA nível 3	(1.441.563,72)	(97.717,30)

Patrimônio líquido ajustado – PLA (total)	(A)	96.505.598,09	99.256.254,53
PLA nível 1		94.975.061,03	94.549.094,63
PLA nível 2		12.987,71	1.705.976,25
PLA nível 3		2.959.113,07	3.098.900,95
Capital base	(B)	0,00	0,00
Capital de risco total	10.116.995,65	20.007.890,99	
Parcela de risco de subscrição – Crsubs		986.557,27	1.061.026,86
Parcela de risco de crédito – Crored		6.019.612,28	6.935.848,80
Parcela de risco operacional – Croper		45.486,27	18.319,62
Parcela de risco mercado – Cmerc		6.120.070,00	16.628.420,26
Benefício da Diversificação		(3.024.630,17)	(4.635.724,55)
Capital mínimo requerido - CMR	10.116.995,65	20.007.890,99	
Suficiência de capital (PLA CMR)	(A) - (B)	86.388.602,44	79.248.363,54
Suficiência de PLA %		853,90%	396,09%

Suficiência de ativos garantidores		
Ativos de garantidores aceitos	7.687.335,65	6.849.225,28
Valor a cobrir de provisões técnicas	(2.048.455,28)	(2.234.615,00)
Suficiência	375,27%	306,51%
Ajuste de qualidade do CMR		
PLA nível 1	94.975.061,03	94.549.094,63
PLA nível 2	12.987,71	1.705.976,25
PLA nível 3	2.959.113,07	3.098.900,95
PLA nível 1 / CMR	938,77%	472,56%
PLA nível 3 / CMR	29,25%	15,49%
(PLA nível 2 + PLA nível 3) / CMR	29,38%	24,01%

28 - Detalhamento de contas da demonstração de resultado

Considerando a relevância de seus saldos, detalhamos as rubricas a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Períodos:	31.12.2022	31.12.2021
Sinistros ocorridos	(572.759,94)	(1.997.228,10)
Despesas com benefícios - administrativos	(900.531,37)	(1.394.526,67)
Despesas com benefícios - judiciais	(149.622,98)	(147.571,90)
Variação provisão eventos ocorridos	477.394,41	(455.129,53)
Custo de aquisição	(1.951.046,83)	(2.597.486,81)
Despesas de corretagem e agenciamento	(1.561.886,73)	(1.471.264,49)
Despesas de custeamento e vendas	(389.160,10)	(1.126.222,32)
Despesas administrativas	(9.669.045,04)	(9.366.617,45)
Pessoal próprio	(5.829.078,47)	(5.435.261,83)
Serviços de terceiros	(2.454.989,27)	(2.718.700,17)
Localização e funcionamento	(1.000.555,89)	(902.586,91)
Publicidade e propaganda	(28.614,55)	(56.559,20)
Publicações	(0,00)	(23.767,28)
Donativos e contribuições	(107.672,62)	(84.145,15)
Administrativas diversas	(248.134,24)	(145.596,91)
Despesas com tributos	(409.885,38)	(336.697,63)
Impostos	(76.588,98)	(53.132,75)
Contribuições	(178.218,36)	(147.465,95)
Taxa de fiscalização	(155.078,04)	(136.098,93)
Receitas financeiras	26.583.825,32	30.238.772,50
Fundos de investimentos	3.801.173,20	3.097.618,08
Reversão provisão sobre assistência financeira	3.286.614,28	2.597.991,02
Receitas com empréstimos	19.439.818,62	24.367.247,26
Outras receitas financeiras	58.219,22	175.916,14
Despesas financeiras	(19.924.471,50)	(14.391.451,82)
Provisões técnicas	(177.989,21)	(105.207,09)
Sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(875,47)	(3.269,60)
Provisão sobre assistência financeira	(8.034.642,64)	(3.220.948,00)
Assistência financeira	(11.528.925,80)	(11.024.059,23)
Outras despesas	(182.038,38)	(37.967,90)

Receitas/despesas patrimoniais	90.459,75	47.438,07
Receitas patrimoniais	149.290,20	140.376,90
Despesas patrimoniais	(58.830,45)	(92.938,83)
Outras receitas/despesas operacionais	(96.935,10)	(186.870,71)
Receitas operações repasses/cobranças	121.243,51	73.203,77
Reversões de provisões	780.270,13	653.331,32
Recuperação despesas	23.903,82	71.390,36
Despesas com provisões	(827.982,08)	(980.450,70)
Outras despesas	(500,28)	(4.285,46)

29 - Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas originam-se de operações, a saber:
a) Transações de natureza operacional (seguros contratados) - A Entidade mensalmente repassa para a EQ Seguros S. A., a título de repasse o montante integral proveniente dos recebimentos de prêmios de seguros contratados por terceiros, transações essas realizadas em condições normais de mercado, a saber:

Eventos / Rubricas	31.12.2022	31.12.2021
Repasse de prêmios de seguros contratados por terceiros no período	819.442,85	329.589,84
Seguro prestamista individual contratados por terceiros - vida empresas	819.442,85	329.589,84
Prêmios de seguros contratados – próprio	175.412,53	132.039,00
Seguros de vida em grupo - empregados	2.768,28	4.237,38
Seguros de vida coletivo - prestamistas	172.624,25	127.801,62
Total	994.853,38	461.578,84

b) Prestação de serviços administrativos - Utilização da estrutura física e de pessoal da Equatorial Previdência Complementar, pela EQ Seguros S. A., sem contraprestação financeira.

Goiânia, 15 de fevereiro de 2023.

Aldomiro Pereira Faleiro Diretor Presidente	Aldo Faleiro Diretor Vice Presidente	Frederico Faleiro Diretor Administrativo Financeiro
Djalma Alves Monteiro Diretor Técnico	Marley Teixeira Atuário MIBA nº. 1233	Gilmar da Silva Tavares Contador CRC/GO nº. 017449/O-6

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores da Equatorial Previdência Complementar Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e os limites de retenção da **Equatorial Previdência Complementar** - "Entidade", em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Entidade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas e orientações da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da **Equatorial Previdência Complementar** são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e os limites de retenção da **Equatorial Previdência Complementar** em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos